

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	22
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	23
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	24
2.5 Medições não contábeis	25
2.6 Eventos subsequentes as DFs	27
2.7 Destinação de resultados	28
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	29
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	30
2.10 Planos de negócios	31
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	33
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	34
5.2 Descrição dos controles internos	37
5.3 Programa de integridade	38
5.4 Alterações significativas	40
5.5 Outras informações relevantes	41

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 Os diretores devem comentar

As informações financeiras contidas nesta seção devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao último exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e suas respectivas notas explicativas. As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira, as normas da Comissão e Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

As informações a seguir apresentadas são uma visão geral dos Diretores da Companhia a respeito do cenário atual em que ela se encontra. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários ora apresentadas, traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades desenvolvidas pela Companhia, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras da Companhia com os respectivos exercícios, bem como as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras de período para período e os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas no item 10 deste Formulário de Referência significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha nas demonstrações financeiras da Companhia ao longo de um determinado tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das operações da Companhia, ou em relação ao total do ativo e total do passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração de seu balanço patrimonial.

Todas as informações apresentadas neste item estão em milhares ou milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma, gerando com isso arredondamentos na última unidade e podendo, portanto, divergir imaterialmente nos cálculos.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

(i) Liquidez Corrente e Geral

A Diretoria entende que os indicadores de liquidez da Companhia são condizentes com seu plano de negócio, desenvolvimento de seus projetos e cumprimento de suas obrigações de curto e longo prazos, conforme abaixo indicado:

	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Liquidez corrente ¹	0,51	0,37	0,87
Liquidez geral ²	0,31	0,31	0,44

¹ O Índice de Liquidez Corrente corresponde ao quociente da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante da Companhia.

² O Índice de Liquidez Geral corresponde ao quociente da divisão (i) do resultado da soma do ativo circulante e realizável a longo prazo; pelo (ii) resultado da soma do passivo circulante e do passivo não circulante da Companhia.

Liquidez corrente:

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo circulante era de R\$44,4 milhões e o passivo circulante era de R\$87,0 milhões, representando um Índice de Liquidez Corrente de 0,51.

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante era de R\$49,0 milhões e o passivo circulante era de R\$134,2 milhões, representando um Índice de Liquidez Corrente de 0,37.

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante era de R\$68,2 milhões e o passivo circulante era de R\$77,7 milhões, representando um Índice de Liquidez Corrente de 0,87.

Dada a sazonalidade da desmobilização da frota, em consonância com o término dos contratos com clientes, os índices sofrem oscilações consideráveis, porém é necessário avaliar tal índice em conjunto com as demonstrações de fluxo de caixa para inferir na continuidade das operações da Companhia, essa que por sua vez tem continuamente conseguido cumprir com suas dívidas de curto prazo ao longo dos anos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Liquidez Geral:

Em 31 de dezembro de 2022, o somatório do ativo circulante e do realizável a longo prazo era de R\$58,9 milhões e o somatório do passivo circulante e passivo não circulante era de R\$189,0 milhões, representando um Índice de Liquidez Geral de 0,31.

Em 31 de dezembro de 2021, o somatório do ativo circulante e do realizável a longo prazo era de R\$67,3 milhões e o somatório do passivo circulante e passivo não circulante era de R\$214,4 milhões, representando um Índice de Liquidez Geral de 0,31.

Em 31 de dezembro de 2020, o somatório do ativo circulante e do realizável a longo prazo era de R\$84,6 milhões e o somatório do passivo circulante e passivo não circulante era de R\$190,3 milhões, representando um Índice de Liquidez Geral de 0,44.

De maneira análoga à liquidez corrente os índices não sofreram oscilações consideráveis, porém é necessário avaliar tal índice em conjunto com as demonstrações de fluxo de caixa para inferir na continuidade das operações da Companhia, essa que por sua vez tem continuamente conseguido cumprir com suas dívidas de curto e longo prazo ao longo dos anos.

(ii) Covenants do Endividamento: Alavancagem Financeira

O acompanhamento do capital é feito com base nos *covenants* da Companhia, que são estruturados pelo endividamento, patrimônio líquido, EBITDA e frota líquida da Companhia.

A dívida líquida é definida pela Companhia como sendo os empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) deduzidos do caixa e equivalentes de caixa e das aplicações financeiras de uso restrito (circulante e não circulante).

Já a frota líquida é composta pela soma dos saldos de veículos, acessórios, implementos, imobilizado em curso e veículos em desativação para renovação da frota reduzidos de suas respectivas depreciações (exceto imobilizado em curso que não possui depreciação) e das provisões para perdas e roubos, conforme tabela abaixo:

	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
(+) Veículos Operacionais	208.317	207.135	150.216
(+) Imobilizado em Curso	5.607	15.615	14.791
(+) Acessórios / Implementos	19.415	20.668	15.955
(+) Veículos em desativação para renovação de frota	9.779	1.459	1.288
Frota Bruta	243.118	244.877	182.249
(-) Depreciação Acumulada Veículos Operacionais	(32.566)	(34.203)	(24.189)
(-) Depreciação Acumulada Acessórios / Implementos	(11.774)	(10.713)	(7.580)
(-) Provisões para perdas e roubos	-	(289)	(587)
Frota Líquida	198.778	199.672	149.893

Além disso, a tabela abaixo apresenta os *covenants* da Companhia:

(em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Dívida Bruta ¹	172.671	189.757	172.183
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(20.473)	(22.590)	(23.747)
(-) Aplicações Financeiras (circulante e não circulante)	(1.216)	(14.634)	(24.778)
Dívida Líquida	150.982	152.533	123.658
Patrimônio Líquido	66.089	58.181	50.728
Dívida Líquida / Patrimônio Líquido: ≤ 3,25	2,28	2,62	2,44
EBITDA / EBITDA Ajustado	57.153	50.908	37.861
Dívida Líquida / EBITDA: ≤ 4,25	2,64	2,99	3,27
Frota Líquida	198.778	199.672	149.893
Dívida Líquida / Frota Líquida: ≤ 0,85	0,76	0,76	0,82

¹ A Companhia propôs dividendos mínimos obrigatórios em 31/12/2022 no valor de R\$2.463 e registrou no passivo circulante em seu balanço patrimonial. Desta forma, o referido montante foi adionado ao cálculo na dívida bruta.

A Administração entende que seus *covenants* estão condizentes com seu ciclo de negócios e acredita que sua alavancagem é sustentável para a continuidade de suas operações.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

b. estrutura de capital

Os diretores entendem que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada ao cumprimento das suas obrigações de curto, médio e longo prazo e à condução de suas operações.

Em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 a estrutura de capital da Companhia era a seguinte:

(em milhares de Reais, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Total do passivo circulante e passivo não circulante (capital de terceiros)	189.070	214.447	190.354
Patrimônio líquido (capital próprio)	66.089	58.181	50.728
Total do passivo e do patrimônio líquido (capital de terceiros + capital próprio)	255.159	272.628	241.082
Capital de Terceiros ¹	74,10%	78,66%	78,96%
Capital Próprio ²	25,90%	21,34%	21,04%

¹ O capital de terceiros corresponde à soma do passivo circulante e não circulante dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido.

² O capital próprio corresponde ao patrimônio líquido dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

(em milhares de Reais)	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Dívida Bruta ¹	172.671	189.757	172.183
Dívida Líquida ²	150.982	152.533	123.658

¹ A Dívida Bruta corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures (circulante e não circulante). A dívida bruta não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - "IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida bruta de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

² A Dívida Líquida corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), deduzido dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de uso restrito (circulante e não circulante). A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - "IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

Considerando o perfil de endividamento, fluxo de caixa e posição de liquidez da Companhia, os diretores acreditam que a Companhia possui recursos de capital suficientes, em níveis de liquidez satisfatórios, para honrar seus compromissos financeiros. Ainda que seja necessária a contratação de empréstimos e financiamentos para a condução dos negócios e para a implementação de sua estratégia de expansão e crescimento, os diretores acreditam que a Companhia tem condições de obtê-los e capacidade para pagá-los no curso normal de suas atividades.

Em novembro de 2019, a Companhia realizou a 4ª emissões de debêntures que totalizaram R\$60 milhões captados com o objetivo de suportar crescimento orgânico e aumentar a liquidez disponível, consequentemente em 2020 parte deste recurso permaneceu no caixa, diminuindo o valor da dívida líquida.

Em janeiro de 2022, a Companhia realizou a 5ª emissões de debêntures que totalizaram R\$80 milhões, liberados em duas séries, sendo: R\$50.000 em 28 de janeiro de 2022 e R\$30.000 liberado em 18 de maio de 2022.

A Companhia monitora de forma sistemática a relação entre a sua dívida líquida, a frota e sua geração de caixa operacional, de modo que existe uma harmonia entre a aquisição de frota, desmobilização e captações, sendo esta observável no respeito dos *covenants* impostos nas operações estruturadas realizadas.

Para que o crescimento de frota não desequilibre a sustentabilidade financeira, a Companhia procura fazer captações junto ao mercado financeiro com *duration* de dívida maior que o dos contratos com clientes.

As captações de empréstimo têm sido feitas com prazo de pelo menos 36 meses, com *duration* equivalente a 18 meses, superior em 4 meses ao mesmo indicador dos contratos com clientes, melhorando o custo de captação de dívida e o modelo de *funding* da Companhia.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes utilizadas

Para a aquisição de veículos, a Companhia utiliza a combinação entre capital próprio, geração de recursos pelos ativos e capital de terceiros para financiamento em capital de giro e investimentos em ativos não circulantes. Em geral, os investimentos em ativos não circulantes são financiados por meio de recursos próprios e por meio da captação de recursos. Portanto, sempre que a administração da Companhia entende apropriado, obtém empréstimos e financiamentos para realização dos investimentos da Companhia e cumprimento das obrigações financeiras por ela assumidas perante terceiros visando o menor custo financeiro que incorrerá no resultado vis a vis o aumento do lucro operacional antes dos impostos nos últimos anos.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Para cobertura de deficiências de liquidez eventualmente constatadas, a Companhia pretende utilizar alternativas diversificadas de *funding* que incluem o aumento da exposição com os atuais parceiros e a abertura de novos relacionamentos bancários. A Companhia trabalha de forma planejada com o objetivo de ter sempre linhas de financiamento disponíveis antes de ter efetiva necessidade de financiamento e mantém posição de caixa suficiente para que possa escolher as melhores alternativas de *funding* nas várias condições de mercado, inclusive por meio de oferta pública de ações.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Parte do endividamento da Companhia é composta por contratos de empréstimos e financiamentos celebrados com instituições financeiras com o objetivo de financiar a aquisição de veículos para locação.

A variação do endividamento no exercício está diretamente relacionada à diferença de preço entre o carro novo e o desmobilizado na renovação da frota.

A margem operacional (EBITDA) e as variações nas contas de capital de giro, explicam o restante da variação do endividamento líquido. Com a emissão de debêntures a Companhia obteve importante alongamento do perfil do endividamento. A dívida com vencimento no curto prazo (circulante) aumentou ligeiramente com o menor número de linhas de financiamento tomadas, cujo prazo total contratado foi de 3-4 anos.

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo, financiamento e debêntures em aberto em 31 de dezembro de 2022:

Natureza	Taxa de juros	Vencimento	31/12/2022 (em R\$ mil)
Debêntures - 4ª Emissão	CDI+5,0% a.a	novembro/2024	28.122
Debêntures - 5ª Emissão	CDI+3,9% a.a	janeiro/2027	78.431
Empréstimos e financiamentos (Pré)	1,41% a.m	novembro/2025	40.086
Empréstimos e financiamentos (Pós)	0,47% a.m + CDI	julho/2024	67.148
Finame	0,72% + Selic	dezembro/2025	1.372
(-) Custos de transações empréstimos	-	-	(253)

Os empréstimos e financiamentos são garantidos pela composição de veículos, já a 4ª emissão de debêntures é garantida pela composição de veículos e a 5ª emissão de debêntures é garantida pelos veículos juntamente com as aplicações financeiras.

Ainda, determinados contratos financeiros firmados pela Companhia estabelecem restrições à distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia, inclusive ao mínimo obrigatório, em caso de descumprimento de determinados índices, conforme informando nesta seção no item 2.1.a. (ii) Covenants do Endividamento: Alavancagem Financeira.

ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2022, 2021, 2020 a Companhia não possuía em seu passivo qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras relevantes, além daquelas mencionadas no item anterior.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas quirografárias da Companhia. As dívidas que são garantidas com garantia real e contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

A Companhia é parte em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, (incluindo escrituras de emissão de debêntures), que preveem a antecipação do vencimento da respectiva dívida e restrição a alienação do controle societário, que ocorre quando do não atendimento aos indicadores estabelecidos. Especificamente na 4ª debentures, a Companhia tem uma restrição que veda a realização de qualquer operação societária que implique em diluição de mais de 20%. Para mais informações sobre os indicadores, vide item 2.1.a. (ii) deste Formulário de Referência.

Em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 a Companhia estava em cumprimento com seus *covenants* financeiros.

v) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

A Companhia é parte em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, (incluindo escrituras de emissão de debêntures), que preveem a antecipação do vencimento da respectiva dívida e restrição a alienação do controle societário, que ocorre quando do não atendimento aos indicadores estabelecidos. Especificamente na 4ª debentures, a Companhia tem uma restrição que veda a realização de qualquer operação societária que implique em diluição de mais de 20%. Para mais informações sobre os indicadores, vide item 2.1.a. (ii) deste Formulário de Referência.

Em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 a Companhia estava em cumprimento com seus *covenants* financeiros.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 a Companhia não possuía financiamentos já contratados para recebimento e utilização em parcelas. Desta forma, a totalidade dos recursos disponíveis nos termos dos contratos e instrumentos financeiros celebrados pela Companhia foram integralmente disponibilizados e tomados de acordo com os termos contratados.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

COMPARAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA COMPANHIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(em milhares de reais, exceto %)	AV %		AV %		Variação % 2022 x 2021
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Ativo Circulante	44.469	17,4%	49.601	19,4%	-10,3%
Caixa e equivalente de caixa	20.473	8,0%	22.590	8,9%	-9,4%
Aplicações financeiras de uso restrito	-	0,0%	9.767	3,8%	-100,0%
Contas a receber de clientes	12.730	5,0%	13.829	5,4%	-7,9%
Veículos em desativação para renovação da frota	9.779	3,8%	1.459	0,6%	570,3%
Tributos a recuperar	194	0,1%	371	0,1%	-47,7%
Despesas antecipadas	518	0,2%	1.031	0,4%	-49,8%
Outras contas a receber	775	0,3%	554	0,2%	39,9%
Ativo Não circulante	210.690	82,6%	223.027	87,4%	-5,5%
Realizável a longo prazo	14.503	5,7%	17.433	6,8%	-16,8%
Aplicações financeiras de uso restrito	1.216	0,5%	4.867	1,9%	-75,0%
Contas a receber de clientes	3.052	1,2%	-	0,0%	0,0%
Depósitos judiciais	13	0,0%	70	0,0%	-81,4%
Despesas antecipadas	247	0,1%	697	0,3%	-64,6%
Imposto de renda e contribuição social diferido	9.871	3,9%	11.799	4,6%	-16,3%
Outras contas a receber	104	0,0%	-	0,0%	0,0%
Imobilizado	189.140	74,1%	198.818	77,9%	-4,9%
Intangível	6.520	2,6%	6.601	2,6%	-1,2%
Direito de Uso	527	0,2%	175	0,1%	201,1%
Total do ativo	255.159	100%	272.628	100%	-6,4%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

TOTAL DO ATIVO

Em 31 de dezembro de 2022, o total do ativo da Companhia apresentou uma redução de 6,4%, ou R\$ 17,4 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2021.

ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante da Companhia teve redução de R\$5,1 milhões, ou 10,3%, passando de R\$49,6 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 44,4 milhões em 31 de dezembro de 2022. Essa redução ocorreu principalmente em razão da utilização de caixa para aquisição de novos veículos e da menor safra alocada para revenda em decorrência de término de contratos.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

O ativo não circulante da Companhia teve um redução de R\$12,3 milhões, ou 5,5%, passando de R\$223,0 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 210,6 milhões em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento foi devido principalmente a redução referente a venda dos veículos para renovação da frota (imobilizado) da Companhia.

(em milhares de reais, exceto %)	AV %		AV %		Variação % 2022 x 2021
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Passivo Circulante	87.004	34,1%	134.283	52,6%	-35,2%
Fornecedores	1.699	0,7%	15.390	6,0%	-89,0%
Empréstimos e financiamentos	41.545	16,3%	72.008	28,2%	-42,3%
Debêntures a pagar	32.575	12,8%	41.411	16,2%	-21,3%
Passivo de arrendamento	200	0,1%	-	0,0%	0,0%
Salários, encargos e contribuições sociais	733	0,3%	770	0,3%	-4,8%
Obrigações tributárias	832	0,3%	2.378	0,9%	-65,0%
Outras contas a pagar	1.431	0,6%	1.098	0,4%	30,3%
Adiantamento de clientes	5.526	2,2%	1.228	0,5%	350,0%
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar	2.463	1,0%	-	0,0%	0,0%
Passivo Não circulante	102.066	40,0%	80.164	31,4%	27,3%
Empréstimos e financiamentos	22.110	8,7%	48.691	19,1%	-54,6%
Debêntures a pagar	73.978	29,0%	27.647	10,8%	167,6%
Passivo de arrendamento	30	0,0%	-	0,0%	0,0%
Obrigações tributárias	1.334	0,5%	-	0,0%	0,0%
Adiantamento de clientes	3.966	1,6%	3.098	1,2%	28,0%
Provisão para contingências	648	0,3%	728	0,3%	-11,0%
Patrimônio líquido	66.089	25,9%	58.181	22,8%	13,6%
Capital social	51.735	20,3%	51.735	20,3%	0,0%
Reserva de lucros	14.354	5,6%	6.446	2,5%	122,7%
Total do passivo e patrimônio líquido	255.159	100%	272.628	107%	-6,4%

TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2022, o total do passivo e patrimônio líquido da Companhia apresentou uma redução de 6,4% ou R\$17,4 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2021.

PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante da Companhia reduziu 35,2%, ou R\$47,2 milhões, passando de R\$134,2 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$87,4 milhões em 31 de dezembro de 2022. Essa variação deu-se em decorrência da redução da dívida no passivo circulante devido a liquidação de um empréstimo, juntamente com o pagamento a fornecedores (montadoras) referentes a compra de novos veículos em dezembro de 2021 com pagamento em janeiro de 2022.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O passivo não circulante da Companhia aumentou em 27,3%, ou R\$21,9 milhões, passando de R\$80,1 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$102,0 milhões em 31 de dezembro de 2022. Essa variação foi referente a nova captação da 5ª emissão de debêntures em janeiro de 2022 com prazo de vencimento para janeiro de 2027.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido da Companhia aumentou 13,6%, passando de R\$58,1 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$66,0 milhões em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$7,9 milhão, valor este referente ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 após as devidas destinações.

COMPARAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA COMPANHIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(em milhares de reais, exceto %)	AV %		AV %		Variação %
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020	2021 x 2020
Ativo Circulante	49.601	18,2%	68.023	28,2%	-27,1%
Caixa e equivalente de caixa	22.590	8,3%	23.747	9,9%	-4,9%
Aplicações financeiras de uso restrito	9.767	3,6%	22.722	9,4%	-57,0%
Contas a receber de clientes	13.829	5,1%	16.953	7,0%	-18,4%
Veículos em desativação para renovação da frota	1.459	0,5%	1.288	0,5%	13,3%
Tributos a recuperar	371	0,1%	643	0,3%	-42,3%
Despesas antecipadas	1.031	0,4%	1.922	0,8%	-46,4%
Outras contas a receber	554	0,2%	748	0,3%	-25,9%
Ativo Não circulante	223.027	81,8%	173.059	71,8%	28,9%
Aplicações financeiras de uso restrito	4.867	1,8%	2.056	0,9%	136,7%
Depósitos judiciais	70	0,0%	16	0,0%	337,5%
Despesas antecipadas	697	0,3%	624	0,3%	11,7%
Imposto de renda e contribuição social diferido	11.799	4,3%	13.466	5,6%	-12,4%
Outras contas a receber	-	0,0%	485	0,2%	-100,0%
Imobilizado	198.818	72,9%	148.828	61,7%	33,6%
Intangível	6.601	2,4%	6.976	2,9%	-5,4%
Direito de Uso	175	0,1%	608	0,3%	-71,2%
Total do ativo	272.628	100%	241.082	100%	13,1%

TOTAL DO ATIVO

Em 31 de dezembro de 2021, o total do ativo da Companhia apresentou um aumento de 13,1%, ou R\$ 31,5 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2020.

ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante da Companhia teve redução de R\$ 18,4 milhões, ou 27,1%, passando de R\$ 68,0 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 49,6 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa redução ocorreu principalmente em razão da utilização de caixa para aquisição de novos veículos e da menor safra alocada para revenda em decorrência de término de contratos.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

O ativo não circulante da Companhia teve aumento de R\$ 49,0 milhões, ou 28,9%, passando de R\$ 173,0 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 223,0 milhões em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento foi devido principalmente ao aumento da frota (imobilizado) da Companhia.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(em milhares de reais, exceto %)	AV %		AV %		Variação % 2021 x 2020
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020	
Passivo Circulante	134.283	49,3%	77.766	32,3%	72,7%
Fornecedores	15.390	5,6%	1.866	0,8%	724,8%
Empréstimos e financiamentos	72.008	26,4%	9.889	4,1%	628,2%
Debêntures a pagar	41.411	15,2%	54.845	22,7%	-24,5%
Passivo de arrendamento	-	0,0%	386	0,2%	-100,0%
Salários, encargos e contribuições sociais	770	0,3%	687	0,3%	12,1%
Obrigações tributárias	2.378	0,9%	3.138	1,3%	-24,2%
Outras contas a pagar	1.098	0,4%	1.237	0,5%	-11,2%
Adiantamento de clientes	1.228	0,5%	5.718	2,4%	-78,5%
Passivo Não circulante	80.164	29,4%	112.588	46,7%	-28,8%
Empréstimos e financiamentos	48.691	17,9%	39.896	16,5%	22,0%
Debêntures a pagar	27.647	10,1%	67.553	28,0%	-59,1%
Passivo de arrendamento	-	0,0%	197	0,1%	-100,0%
Adiantamento de clientes	3.098	1,1%	4.273	1,8%	-27,5%
Provisão para contingências	728	0,3%	669	0,3%	8,8%
Patrimônio líquido	58.181	21,3%	50.728	21,0%	14,7%
Capital social	51.735	19,0%	51.735	21,5%	0,0%
Reserva de lucros	6.446	2,4%	3.796	1,6%	69,8%
Prejuízos acumulados	-	0,0%	(4.803)	-2,0%	-100,0%
Total do passivo e patrimônio líquido	272.628	100%	241.082	100%	13,1%

TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2021, o total do passivo e patrimônio líquido da Companhia apresentou um aumento de 13,1% ou R\$ 31,5 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2020.

PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante da Companhia aumentou 72,7%, ou R\$ 56,5 milhões, passando de R\$ 77,8 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 134,2 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação deu-se principalmente em decorrência do aumento da dívida com os empréstimos e financiamentos.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O passivo não circulante da Companhia diminuiu 28,8%, ou R\$ 32,4 milhões, passando de R\$ 112,6 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 80,1 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação deu-se, principalmente, em decorrência da diminuição do saldo devedor das debêntures que se encontrava no passivo não circulante.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido da Companhia aumentou 14,7%, passando de R\$ 50,7 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 58,1 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 7,4 milhão, valor este referente ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

COMPARAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA COMPANHIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(em milhares de Reais, exceto %)	AV %		AV %		Variação % 2020 x 2019
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019	
Ativo Circulante	68.023	28,2%	76.402	29,5%	-11,0%
Caixa e equivalentes de caixa	23.747	9,9%	5.191	2,0%	357,5%
Aplicações financeiras uso restrito	22.722	9,4%	39.753	15,3%	-42,8%
Contas a receber de clientes	16.953	7,0%	20.124	7,8%	-15,8%
Veículos em desativação	1.288	0,5%	7.703	3,0%	-83,3%
Impostos a recuperar	643	0,3%	644	0,2%	-0,2%
Despesas antecipadas	1.922	0,8%	1.697	0,7%	13,3%
Outras contas a receber	748	0,3%	1.290	0,5%	-42,0%
Ativo não Circulante	173.059	71,8%	182.882	70,5%	-5,4%
Aplicações financeiras uso restrito	2.056	0,9%	2.056	0,8%	0,0%
Despesas Antecipadas	624	0,3%	899	0,3%	-30,6%
Outras contas a receber	485	0,2%	-	0,0%	0,0%
Depósitos judiciais	16	0,0%	68	0,0%	-76,5%
IRPJ e CSLL corrente e diferido	13.466	5,6%	12.365	4,8%	8,9%
Imobilizado	148.828	61,7%	159.005	61,3%	-6,4%
Intangível	6.976	2,9%	7.411	2,9%	-5,9%
Direito de uso	608	0,3%	1.078	0,4%	-43,6%
Total do ativo	241.082	100,0%	259.284	100,0%	-7,0%

TOTAL DO ATIVO

Em 31 de dezembro de 2020, o total do ativo da Companhia apresentou uma redução de 7,0%, ou R\$ 18,2 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2019.

ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante da Companhia teve redução de R\$ 8,4 milhões, ou 11,0%, passando de R\$ 76,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 68,0 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa redução ocorreu principalmente em razão da utilização de caixa para aquisição de novos veículos e da menor safra alocada para revenda em decorrência de término de contratos.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

O ativo não circulante da Companhia teve aumento de R\$ 9,8 milhões, ou 5,4%, passando de R\$ 182,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 173,0 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa redução ocorreu principalmente a redução da frota (imobilizado) da Companhia.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(em milhares de Reais, exceto %)	AV %		AV %		Variação % 2020 x 2019
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019	
Passivo Circulante	77.766	32,3%	74.093	28,6%	5,0%
Fornecedores	1.866	0,8%	12.033	4,6%	-84,5%
Empréstimos e financiamentos	9.889	4,1%	6.156	2,4%	60,6%
Debêntures a pagar	54.845	22,7%	41.794	16,1%	31,2%
Passivo de arrendamento	386	0,2%	456	0,2%	-15,4%
Salários, encargos e contribuições sociais	687	0,3%	730	0,3%	-5,9%
Obrigações tributárias	3.138	1,3%	1.252	0,5%	150,6%
Outras contas a pagar	1.237	0,5%	1.838	0,7%	-32,7%
Adiantamento de clientes	5.718	2,4%	9.834	3,8%	-41,9%
Passivo não Circulante	112.588	46,7%	135.533	52,3%	-16,9%
Empréstimos e financiamentos	39.896	16,5%	11.747	4,5%	239,6%
Debêntures a pagar	67.553	28,0%	121.663	46,9%	-44,5%
Adiantamento de clientes	4.273	1,8%	841	0,3%	408,1%
Passivo de arrendamento	197	0,1%	652	0,3%	-69,8%
Provisão para contingências	669	0,3%	630	0,2%	6,2%
Patrimônio líquido	50.728	21,0%	49.658	19,2%	2,2%
Capital social	51.735	21,5%	51.735	20,0%	0,0%
Reserva de lucros	3.796	1,6%	3.796	1,5%	0,0%
Prejuízos acumulados	(4.803)	-2,0%	(5.873)	-2,3%	-18,2%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	241.082	100,0%	259.284	100,0%	-7,0%

TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2020, o total do passivo e patrimônio líquido da Companhia apresentou uma diminuição de 7,0% ou R\$ 18,2 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2019.

PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante da Companhia aumentou 5,0%, ou R\$ 3,7 milhões, passando de R\$ 74,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 77,8 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação deu-se principalmente em decorrência do aumento da dívida com as obrigações tributárias.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O passivo não circulante da Companhia diminuiu 16,9%, ou R\$ 22,9 milhões, passando de R\$ 135,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 112,6 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação deu-se, principalmente, em decorrência da diminuição do saldo devedor das debêntures que se encontrava no passivo não circulante.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido da Companhia aumentou 2,2%, passando de R\$ 49,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 50,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$ 1,1 milhão, valor este referente ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

COMPARAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO RELATIVA AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADA À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO RELATIVA AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Demonstração do resultado (em milhares de reais, exceto %)					Variação	
	2022	AV %	2021	AV %	2022 X 2021	%
Receita líquida	107.843	100%	93.145	100%	14.698	16%
Bruta de locação	79.646	74%	74.441	80%	5.205	7%
(-) impostos sobre receita de locação	(7.367)	7%	(6.881)	7%	(486)	7%
Venda de veículos	35.564	33%	25.585	27%	9.979	39%
Custos de locação e venda de veículos	(42.446)	39%	(46.454)	50%	4.008	-9%
Lucro bruto	65.397	61%	46.691	50%	18.706	40,1%
Administrativas e gerais	(19.185)	18%	(16.739)	18%	(2.446)	15%
Despesas operacionais	(19.185)	18%	(16.739)	18%	(2.446)	15%
Lucro antes das despesas financeiras líquidas e tributos	46.212	43%	29.952	32%	16.260	54%
Despesas financeiras	(33.795)	31%	(19.681)	21%	(14.114)	72%
Receitas financeiras	3.837	4%	1.173	1%	2.664	227%
Resultado financeiro líquido	(29.958)	28%	(18.508)	20%	(11.450)	62%
Lucro antes dos tributos	16.254	15%	11.444	12%	4.810	42%
Imposto de renda e contribuição social dife	(5.883)	-5%	(3.991)	-4%	(1.892)	47%
Lucro líquido do exercício	10.371	10%	7.453	8%	2.918	39%

RECEITA DE LOCAÇÃO E VENDA DE VEÍCULOS

A receita bruta total é composta de receita de aluguel e receita de venda de veículos.

R\$mil	2019	2020	2021	2022
Aluguel	72.374	68.181	74.441	79.646
Venda de veículos	49.238	56.932	25.585	35.564
Total	121.612	125.113	100.026	115.210

Crescimento	2019	2020	2021	2022
Aluguel	53%	-6%	9%	7%
Venda de veículos	154%	16%	-55%	39%

A receita de aluguel de veículos em 2022 apresentou crescimento de 7% em relação ao ano anterior, atingindo R\$79,6mm. Este aumento ocorreu pela prorrogação de contratos existentes e aquisição de novos clientes.

A receita de aluguel é composta por veículos leves, pesados e agro. Dentro do alinhamento estratégico de aumentar a participação de pesados no mix da frota, em 2022 o faturamento deste segmento foi de 33,0% representando aumento de 21,0% em relação ao ano anterior.

O aumento de 39% na receita total de venda de veículos foi devido a evolução no preço médio de venda, representando 44% em relação ao ano anterior, sendo impactado pela venda de veículos pesados.

CUSTO DE LOCAÇÃO E VENDA DE VEÍCULOS

	2022	2021	Variação 2022/2021	
			R\$ mil	%
Custos dos veículos vendidos	(24.872)	(17.598)	7.274	41,3%
Custos de manutenção	(8.506)	(10.367)	(1.861)	-18,0%
Custos com depreciação	(10.314)	(19.789)	(9.475)	-47,9%
Custos com pessoal	(2.848)	(2.338)	510	21,8%
Outros custos com veículos vendidos	(817)	(1.008)	(191)	-18,9%
Recuperação de taxa de administração sobre multas	247	254	7	-2,8%
Recuperação de créditos de PIS e COFINS	4.664	4.392	(272)	6,2%
Total	(42.446)	(46.454)	(4.008)	-8,6%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

No fim do exercício de 2022, os custos de locação e venda de veículos representaram 39% da receita líquida total, queda em relação ao patamar de 50% do ano anterior.

Os custos de venda de veículos, que representam a baixa do valor contábil dos veículos vendidos, totalizaram R\$24,8mm em 2022, aumento de R\$7,2mm, equivalente à 41,3%, na comparação com o 2021. Como mencionado na nota anterior, o aumento na receita no mesmo período foi de 39% evidenciando o aumento de margem na operação.

Os custos diretos de locação podem ser decompostos em 3 grupos principais:

- Custos com depreciação atingiu R\$10,3mm em 2022, apresentando redução de 47,9% em relação ao ano anterior. Este valor equivale a uma depreciação média em 2022 de 4,3% sobre o valor do ativo (veículos) bruto, índice inferior aos 9,1% registrados no ano anterior, decorrente na valorização ocorrida nos últimos anos dos veículos.
- Custos de manutenção (incluindo custo com pessoal) atingiu R\$11,3mm, redução de R\$1,3mm. Em 2021 os custos de manutenção representavam 17,0% da receita de aluguel. Ao final de 2022, esse indicador passou para 14,0%, demonstrando aumento da eficiência operacional.
- Demais custos, líquido das recuperações, encontra-se dentro das flutuações normais do fluxo operacional.

DESPESAS OPERACIONAIS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	2022	2021	Variação 2022/2021	
			R\$ mil	%
Despesas com pessoal	(9.091)	(6.783)	2.308	34,0%
Serviços de terceiros	(2.316)	(2.493)	(177)	-7,1%
Despesas com ocupação	(890)	(477)	413	86,6%
Despesas gerais	(2.106)	(1.976)	130	6,6%
Reversão para redução ao valor recuperável de contas a receber	298	1.918	1.620	-84,5%
Baixa de contas a receber - incobráveis	(4.117)	(5.792)	(1.675)	-28,9%
Despesas com depreciação e amortização	(627)	(826)	(199)	-24,1%
Despesas de comunicação	(336)	(310)	26	8,4%
Total	(19.185)	(16.739)	2.446	14,6%

As despesas administrativas e gerais aumentaram R\$2,4mm, representando 14,6% na base anual, decorrente principalmente do crescimento médio de 34,0% nas despesas fixas e variáveis de pessoal e aumento de 86,6% referente a despesas de ocupação, devido a diárias de pátios para acomodação dos veículos nas atividades com leves, pesados e agrícola.

Considerando as contas relativas as perdas de créditos (incobráveis) e provisões/reversões do valor recuperável do contas a receber, o efeito líquido destas contas em 2022 manteve o patamar com relação ao ano anterior.

RESULTADO NA VENDA DE VEÍCULOS – DESATIVAÇÃO DA FROTA

Em 2022 vendemos os veículos seminovos a 143,0% do custo total, evidenciando solidez na política de precificação e confiável canal de desmobilização. Ao longo dos últimos anos, temos vendidos nossos carros através de nossa rede de parceiros lojistas em todo território nacional e em nossa loja de varejo em Belo Horizonte.

R\$mil	2019	2020	2021	2022
Receita	49.238	56.932	25.585	35.564
Custo dos veículos vendidos	46.380	53.651	17.598	24.872
Resultado	2.858	3.281	7.987	10.692
Receita/Custo	106,2%	106,1%	145,4%	143,0%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

EBITDA e MARGEM EBITDA

O EBITDA em 2022 atingiu R\$57,1mm aumento de R\$6,2 mm em relação ao ano anterior, equivalente a 12,3%. A margem EBITDA por sua vez passou de 74,8% para 79,1%.

R\$mil	2019	2020	2021	2022
EBITDA	42.140	36.156	50.566	57.153
Itens não recorrentes	-	1.704	342	-
EBITDA Ajustado	42.140	37.860	50.908	57.153
Crescimento EBITDA	66,1%	-10,2%	34,5%	12,3%
Margem EBITDA	64,2%	58,4%	74,8%	79,1%

Reconciliação EBITDA

Reconciliação do EBITDA - R\$mil	2019	2020	2021	2022
Lucro líquido do exercício	916	1.070	7.453	10.371
(+) Resultado financeiro líquido	19.980	16.546	18.508	29.958
(+) Depreciação	19.310	18.282	20.615	10.941
(+) Imposto de renda e contribuição social	1.934	259	3.991	5.883
EBITDA	42.140	36.156	50.566	57.153

DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

Em 2022 as despesas financeiras líquidas atingiram R\$29.9mm para uma dívida líquida média de R\$150,6mm que equivale a 19,8% no ano. O spread total, incluindo IOF e demais custos de transação, foi de 6,6% para CDI médio de 12,3%.

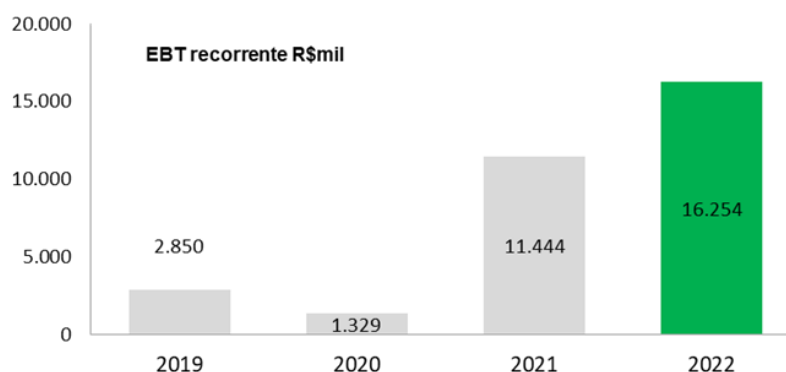
Mesmo com a pequena queda anual da dívida líquida de 2,6%, as despesas financeiras cresceram 61,9% em 12 meses, tendo como principal vetor o aumento do CDI acumulado que foi de 4,42% para 12,34%, subida de 179%.

Contribuíram para atenuar o efeito sobre a taxa básica de juros:

- Diminuição do custo de carregamento do caixa disponível;
- Diminuição dos spreads de captação de novas linhas
- Com o aumento do CDI, houve a diminuição dos spreads das linhas pré-fixadas que compõe o estoque da dívida.

LUCRO ANTES DE IMPOSTOS E LUCRO LIQUIDO

O lucro antes de impostos em 2022 foi de R\$16,2mm, aumento de R\$4,8mm em relação ao ano anterior.



2.1 Condições financeiras e patrimoniais

COMPARAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO RELATIVA AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADA À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO RELATIVA AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(em milhares de reais, exceto %)	2021	AV %	2020	AV %	Varição 2021 X 2020	AV %
Receita líquida	93.145	100%	118.808	100%	(25.663)	-22%
Bruta de locação	74.441	63%	68.181	57%	6.260	9%
(-) impostos sobre receita de locação	(6.881)	6%	(6.305)	5%	(576)	9%
Venda de veículos	25.585	22%	56.932	48%	(31.347)	-55%
Custos de locação e venda de veículos	(46.454)	50%	(83.096)	70%	36.642	-44%
Lucro bruto	46.691	50%	35.712	30%	10.979	31%
Administrativas e gerais	(16.739)	18%	(17.837)	15%	1.098	-6%
Despesas operacionais	(16.739)	18%	(17.837)	15%	1.098	-6%
Lucro antes das despesas financeiras líquidas e tributos	29.952	32%	17.875	15%	12.077	68%
Despesas financeiras	(19.681)	21%	(17.567)	15%	(2.114)	12%
Receitas financeiras	1.173	1%	1.021	1%	152	15%
Resultado financeiro líquido	(18.508)	20%	(16.546)	14%	(1.962)	12%
Lucro antes dos tributos	11.444	12%	1.329	1%	10.115	761%
Imposto de renda e contribuição social diferido	(3.991)	-4%	(259)	0%	(3.732)	1441%
Lucro líquido do exercício	7.453	8%	1.070	1%	6.383	597%

RECEITA DE LOCAÇÃO E VENDA DE VEÍCULOS

A receita bruta total é composta de receita de aluguel e receita de venda de veículos.

(R\$ em milhares)	2018	2019	2020	2021
Aluguel	47.235	72.374	68.181	74.441
Venda de carros	19.417	49.238	56.932	25.585
Total	66.652	121.612	125.113	100.026
Crescimento/Redução	2018	2019	2020	2021
Aluguel	12%	53%	-6%	9%
Venda de carros	-41%	154%	16%	-55%

Evolução da receita

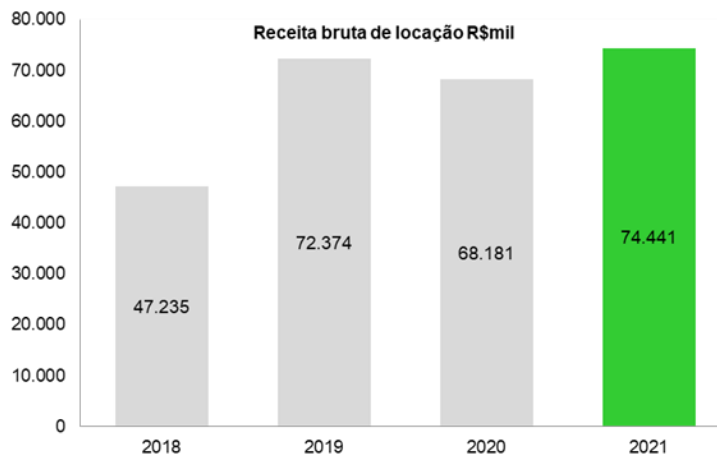
A receita de aluguel de veículos em 2021 apresentou crescimento de 9% em relação ao ano anterior, atingindo R\$74,4mm. Este aumento ocorreu pela prorrogação de contratos e aquisição de novos clientes.

A receita de aluguel é composta por veículos leves e pesados. Dentro do alinhamento estratégico de aumentar a participação de pesados no mix da frota. Em 2021, o faturamento da linha de pesados representou 29,0 % aumento de 83,0% em relação ao ano anterior.

A queda na receita total de venda de veículos tem como principais drivers:

- Menor safra de contratos de locação vencendo em 2021 em relação ao ano anterior.
- Dos contratos com vencimento efetivo em 2021, houve mais prorrogações do que o usual devido à baixa disponibilidade de veículos novos no mercado.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais



Custo de Locação e Venda de Veículos

(em milhares de reais)	31/12/2021	31/12/2020
Custos dos veículos vendidos	(17.598)	(53.651)
Custos de manutenção	(10.367)	(14.509)
Custos com depreciação	(19.789)	(17.043)
Outros custos com veículos vendidos	(507)	(979)
Custos com pessoal	(2.338)	(2.290)
Recuperação de custos	(501)	1.125
Recuperação de taxa de administração sobre multas	254	118
Recuperação de créditos de PIS e COFINS	4.392	4.133
Total de custo de locação e venda de veículos	(46.454)	(83.096)

No fim do exercício de 2021, os custos de locação e venda de veículos representaram 50% da receita líquida total, queda em relação ao patamar de 70% do ano anterior.

Os custos de venda de veículos, que representam a baixa do valor contábil dos veículos vendidos, totalizaram R\$17,6mm em 2021, redução de R\$36,1mm, equivalente à 67,2%, na comparação com o 2020. Como mencionado na nota anterior, a queda na receita no mesmo período foi de 55% evidenciando o aumento de margem na operação.

Os custos diretos de locação podem ser decompostos em 3 grupos principais:

- Custos com depreciação que atingiram R\$19,8mm em 2021, o que representa aumento de 16,1% em linha com o crescimento da frota líquida no mesmo período.
- Custos de manutenção (incluindo custo com pessoal) atingiu R\$12,7mm, redução de R\$4,1mm. Em 2020 os custos de manutenção representavam 24,6% da receita de aluguel. Ao final de 2021, esse indicador passou para 17,0%, demonstrando aumento da eficiência operacional.
- Demais custos que compõem este, líquido das recuperações, com variação de R\$2.5mm dentro das flutuações normais do fluxo operacional levando-se em consideração o aumento de frota no período.

Lucro Bruto

O Lucro Bruto atingiu R\$46,6mm aumento de 30,7% em relação como consequências das variações de receitas e custos dos itens anteriores.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Despesas administrativas e gerais

(em milhares de reais)	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com pessoal	(6.783)	(6.643)
Serviços de terceiros	(2.151)	(1.427)
Despesas com ocupação	(477)	(665)
Despesas gerais	(1.976)	(2.317)
Provisão/reversão para créditos de liquidação duvida:	1.918	(3.470)
Baixa de contas a receber incobráveis	(5.792)	(1)
Despesas com depreciação e amortização	(826)	(1.239)
Despesas de comunicação	(310)	(371)
Despesa com IPO e M&A	(342)	(1.704)
Total despesas	(16.739)	(17.837)

As despesas administrativas e gerais caíram R\$1.0mm, redução de 6,2% na base anual. Sem considerar o efeito das despesas extraordinárias de IPO em 2020, teria havido aumento de R\$0,6mm equivalente a 3,8%. As despesas administrativas recorrentes representaram 22,5% da receita de locação em 2021 queda em relação ao patamar de 24,2% do ano anterior.

Para as contas relativas as perdas de créditos, provisionadas e efetivas, em 2021 este valor alcançou R\$3,9mm, aumento de 10,4% em linha com aumento da receita de locação do período.

Resultado na Venda de Veículos – Desativação da Frota

Em 2021, vendemos os veículos seminovos a 145,4% do custo total, evidenciando solidez na política de precificação e confiável canal de desmobilização. Ao longo dos últimos anos temos vendidos nossos carros através de nossa rede de parceiros lojistas em todo território nacional.

(em milhares de reais, exceto %)	2018	2019	2020	2021
Receita	19.417	49.238	56.932	25.585
Custo dos veículos vendidos	18.564	46.380	53.651	17.598
Resultado	853	2.858	3.281	7.987
Receita/Custo	105%	106%	106%	145%

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA em 2021 atingiu R\$50,9mm aumento de R\$13,0 mm em relação ao ano anterior, equivalente a 34,5%. A margem EBITDA por sua vez passou de 55,5% para 67,9%.

Como nos itens anteriores, foram pilares crescimento:

- Contribuição da venda de usados de R\$8,0mm, 52,1% da variação do EBITDA.
- Redução das despesas gerais em R\$3.7mm, equivalente a 23,7%.
- Queda nos custos de operação de R\$3.3mm, ou 21,5% do total.

(em milhares de reais, exceto %)	2018	2019	2020	2021
EBITDA	25.368	42.140	36.156	50.566
Itens não recorrentes	-	-	1.704	342
EBITDA Ajustado	25.368	42.140	37.860	50.908
Crescimento EBITDA	20,0%	66,1%	-10,2%	40,8%
Margem EBITDA	59,2%	64,2%	55,5%	67,9%

Despesas Financeiras Líquidas

Em 2021, as despesas financeiras líquidas atingiram R\$18.5mm para uma dívida líquida média de R\$152.5mm que equivale a 12% no ano. O spread total, incluindo IOF e demais custos de transação, foi de 7,2% para CDI médio de 4,4%.

Em 2020 as despesas financeiras representaram 14,5% da dívida média do período com spread de 10,0% para o CDI médio de 2,8%.

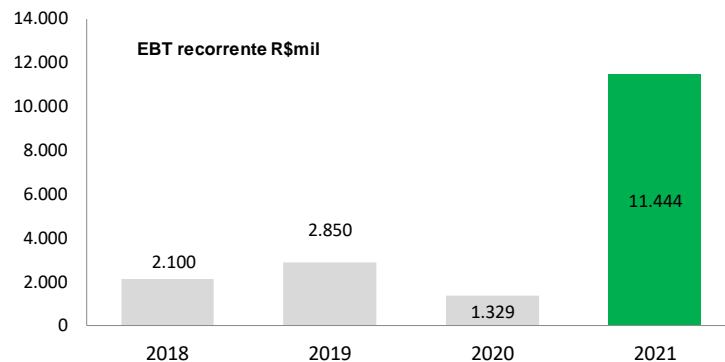
2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Mesmo com o aumento de 23,3% da dívida líquida média e 57,1% do CDI, o total das despesas financeiras líquidas cresceu 11,9% na base anual. Contribuíram para esta melhora:

- Diminuição do custo de carregamento do caixa disponível;
- Diminuição dos spreads de captação de novas linhas
- Com o aumento do CDI, houve a diminuição dos spreads das linhas pré-fixadas que compõe o estoque da dívida.

Lucro antes de Impostos e Lucro Líquido

O lucro líquido antes de impostos em 2021 foi de R\$11,4mm, aumento de R\$10,1mm em relação ao ano anterior atingindo maior valor histórico.



COMPARAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO RELATIVA AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADA À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO RELATIVA AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Demonstrações dos resultados Exercício social encerrado em dezembro de

	2020	AV	2019	AV	Variação 2020x2019	
(R\$ em milhares)		(%)		(%)		(%)
Receita líquida	118.808	100%	114.913	100%	3.895	3%
Bruta de Locação	68.181	57%	72.374	63%	(4.193)	-6%
(-) impostos sobre receita locação	(6.305)	5%	(6.699)	6%	394	-6%
Venda de veículos	56.932	48%	49.238	43%	7.694	16%
Custo de locação e venda de veículos	(83.096)	70%	(79.282)	69%	(3.814)	5%
Lucro bruto	35.712	30%	35.631	31%	81	0%
(Despesas) receitas operacionais adm. e gerais (a)	(17.837)	15%	(13.731)	12%	(4.116)	30%
Outras receitas operacionais (b)	-	-	930	1%	930	-100%
Total operacionais (a)+(b)	(17.837)	15%	(12.801)	11%	5.036	39%
Resultado antes das despesas fin. líq. e impostos	17.875	15%	22.830	20%	(4.955)	-22%
Despesas financeiras	(17.567)	15%	(22.433)	20%	4.866	-22%
Receitas financeiras	1.021	1%	2.452	2%	(1.431)	-58%
Despesas financeiras, líquidas	(16.546)	14%	(19.981)	17%	3.435	-17%
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	1.329	1%	2.850	2%	(1.521)	-53%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(259)	0%	(1.934)	2%	1.675	-87%
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	1.070	1%	916	1%	(154)	17%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

RECEITA DE LOCAÇÃO E VENDA DE VEÍCULOS

A receita bruta total é composta de receita de aluguel e receita de venda de veículos.

(R\$ em milhares)	2017	2018	2019	2020
Aluguel	42.070	47.235	72.374	68.181
Venda de carros	32.809	19.417	49.238	56.932
Total	74.879	66.652	121.612	125.113
Crescimento	2017	2018	2019	2020
Aluguel	4%	12%	53%	-6%
Venda de carros	40%	-41%	154%	16%

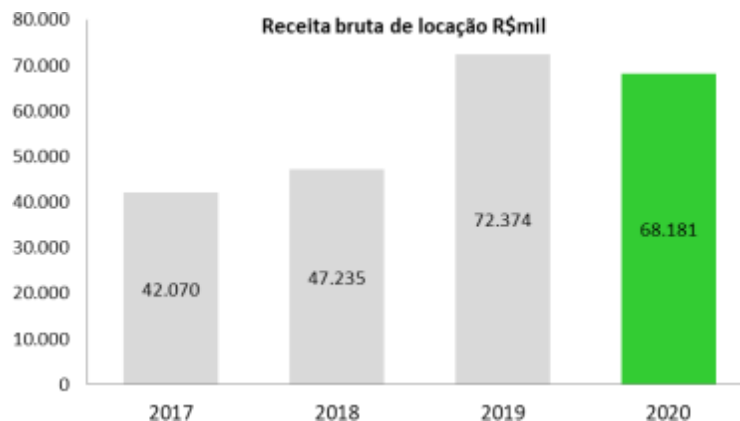
Evolução da receita

A receita de aluguel de veículos em 2020 apresentou diminuição de 6% em relação ao ano anterior, atingindo R\$68,1milhões. Esta queda ocorreu principalmente pela demora na retomada do ritmo de produção das montadoras pós ajuste pelo Covid, em especial nos últimos meses do ano. Estivessem todos os carros contratados por clientes disponíveis nos prazos usuais, a receita de aluguel teria aumentado em relação ao ano anterior.

Também contribuíram para esta queda os descontos pontuais concedidos a clientes no início da pandemia (março-abril) no valor equivalente a R\$928mil.

A receita de aluguel é composta por veículos leves e pesados. Dentro do alinhamento estratégico de aumentar a participação de pesados no mix da frota, terminamos o ano com 21,8% do faturamento de aluguel neste segmento, aumento em relação a 13,9% do total em 2019.

Em 2020, a frota locada média foi de 3.650 veículos em comparação com 3.361 de 2019 aumento equivalente a 8,6%.



Custo de Locação e Venda de Veículos		
(R\$ em milhares)	2020	2019
	Maestro	Consolidado
Custos de manutenção	(14.509)	(16.408)
Custos com depreciação	(17.043)	(18.194)
Custos Veículos Vendidos	(53.651)	(46.380)
Outros Custos c/ Veículos Vendidos	(979)	(334)
Custos com pessoal	(2.290)	(2.285)
Recuperação créditos PIS/COFINS	4.133	4.318
Receita de taxa de administração de multas	118	-
Outras receitas (custos) operacionais	1.125	-
Total do Custo de Locação e Venda Veículos	(83.096)	(79.282)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

No fim do exercício de 2020, os custos de locação e venda de veículos representaram 70% da receita líquida total, mantendo relativa estabilidade em relação ao patamar do ano anterior.

Os custos de venda de veículos totalizaram R\$53,6milhões em 2020 aumento de 15,7% em relação ao ano anterior.

Em linha com o histórico de vários períodos anteriores, o resultado de venda de veículos foi positivo, tendo a receita de venda de carros subido 16% (nota anterior).

Os custos diretos de locação, totalizados sem os custos de venda de veículos, alcançaram R\$28,4milhões em 2020, frente ao valor de R\$32,5milhões do ano anterior, redução de R\$4,1milhões.

Vale ressaltar que as contas de “taxa de administração de multas” e “recuperação de custos” foram reclassificadas em 2020 para este grupo “Custo de Locação e Vendas de Veículos”. No fechamento de 2019 estavam classificados no grupo “Despesas Operacionais Administrativas e Gerais”.

Os custos diretos de locação podem ser decompostos em 3 grupos principais:

- Custos com depreciação que atingiram R\$17,0milhões em 2020, apresentando diminuição de 6,3% em relação ao ano anterior. Este valor equivale a uma depreciação média em 2020 de 9,22% sobre o valor do ativo (veículos) bruto, índice inferior aos 10,3% registrados no ano anterior. O resultado na venda de veículos (vide nota específica) corrobora que a depreciação tem sido corretamente incorporada ao preço do aluguel mensal.
- Custos de manutenção (incluindo custo com pessoal) atingiu R\$16,8milhões, redução de R\$2milhões equivalente a 11% em relação ao ano anterior. Este indicador demonstra o aumento da eficiência operacional ao passar de 10,6% para 9,1% do ativo bruto médio em 12 meses.
- Recuperação de crédito de PIS/COFINS, conta credora, que atingiu R\$4,1milhões em 2020 frente ao valor de R\$4,3milhões em 2019. Redução de 4,6% em linha com a receita de locação.

Lucro Bruto

O Lucro Bruto atingiu R\$35,7milhões redução de 4,7% em relação ao ano anterior em linha com a variação da receita de locação no exercício.

Despesas administrativas e gerais		
(R\$ em milhares)	2020	2019
	Maestro	Consolidado
DESPESAS GERAIS e ADM.		
Despesas com pessoal (Adm/Com)	(6.643)	(6.627)
Serviços de terceiros	(1.427)	(2.236)
Despesas com ocupação	(665)	(878)
Despesas gerais	(1.635)	(2.057)
PECLD	(3.470)	(395)
Reversão de PECLD	-	452
Perda com incobráveis	(1)	-
Despesa com Depreciação e Amortização	(1.239)	(1.116)
Despesas de comunicação	(371)	(237)
Impostos sobre outras receitas	(682)	(637)
Despesas com IPO e M&A	(1.704)	-
Receita de taxa de administração de multas	-	187
Outras receitas (despesas) operacionais	-	742
Total Despesas	(17.837)	(12.801)

Para efeito de comparação com o ano anterior, excluiremos despesas não recorrentes de IPO e M&A no valor de R\$1.7milhões. A análise dos parágrafos abaixo segue a partir dos números recorrentes de 2020 em relação ao ano anterior.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Desta forma, a soma das despesas administrativas e gerais recorrentes de 2020 atingiu R\$16,1 milhões (R\$17,8 milhões – R\$1,7 milhões), o que equivale a um aumento de R\$3,3 milhões ou 25,8% em relação à base comparável do ano anterior. Este aumento deve-se principalmente pelo aumento de R\$3mm no ano da PECLD. Aproximadamente metade deste valor vem de um único cliente cujo contrato foi iniciado em 2019. Este evento específico não está relacionado com o quadro da pandemia.

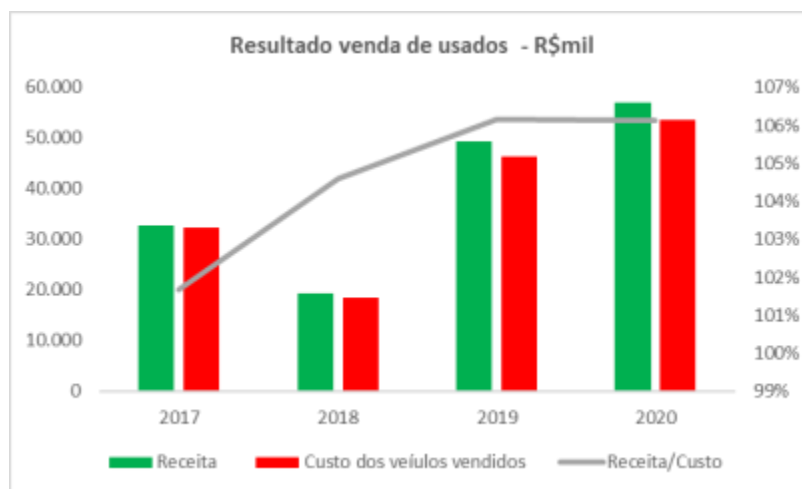
Vale ressaltar que as contas de “taxa de administração de multas” e “recuperação de custos” foram reclassificadas em 2020 para este grupo “Custo de Locação e Vendas de Veículos”. No fechamento de 2019 estavam classificados no grupo “Despesas Operacionais Administrativas e Gerais”.

Resultado na Venda de Veículos – Desativação da Frota

Em 2020, vendemos os veículos seminovos a 106% do custo total, evidenciando solidez na política de precificação e confiável canal de desmobilização. Ao longo dos últimos anos temos vendidos nossos carros através de nossa rede de parceiros lojistas em todo território nacional.

O aumento de 16% no volume de vendas deve-se ao maior número de contratos vencendo em relação ao ano anterior.

(R\$ em milhares)	2017	2018	2019	2020
			Consolidado	Maestro
Receita	32.809	19.417	49.238	56.932
Custo dos veículos vendidos	32.272	18.564	46.380	53.651
Resultado	537	853	2.858	3.281
Receita/Custo	102%	105%	106%	106%



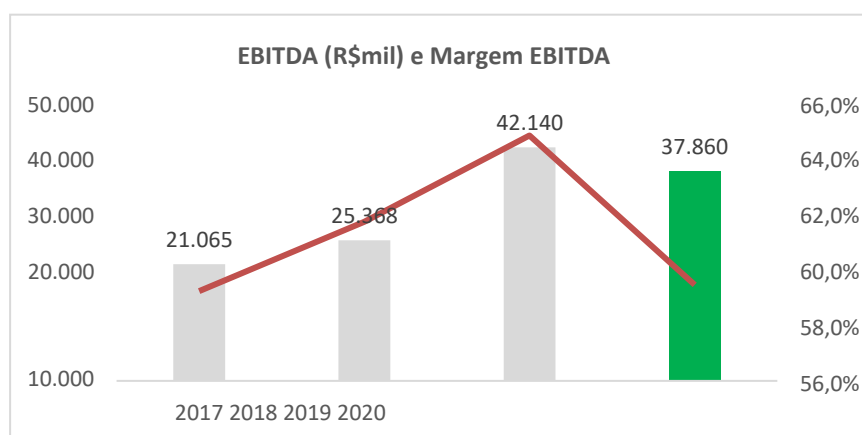
EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA recorrente (ajustado) em 2020 atingiu R\$37,9 milhões redução de R\$4,2 milhões em relação ao ano anterior. Como mencionado anteriormente 3 fatores transitórios contribuíram para este efeito:

- A redução da receita de locação pela diminuição da velocidade de implantação de novos contratos com o gargalo da disponibilidade de veículos no mercado, em especial no segundo semestre. Portanto, um reflexo na rentabilidade em razão da pandemia, assim como os descontos concedidos.
- Do evento pontual de um cliente elevando a PECLD em R\$3mm em relação ao ano anterior.
- Queda dos juros ao longo do ano que ocasionou queda nos preços e rental rate.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(R\$ em milhares)	2017	2018	2019	2020
			Consolidado	Maestro
EBITDA	21.065	25.368	42.140	36.156
Despesas não recorrentes (*)	-	-	-	1.704
EBITDA Ajustado	21.065	25.368	42.140	37.860
Crescimento EBITDA	24%	20%	66%	-10%
Margem EBITDA Ajustado	55,2%	59,2%	64,2%	55,5%
(*) Gastos com IPO				



Despesas Financeiras Líquidas

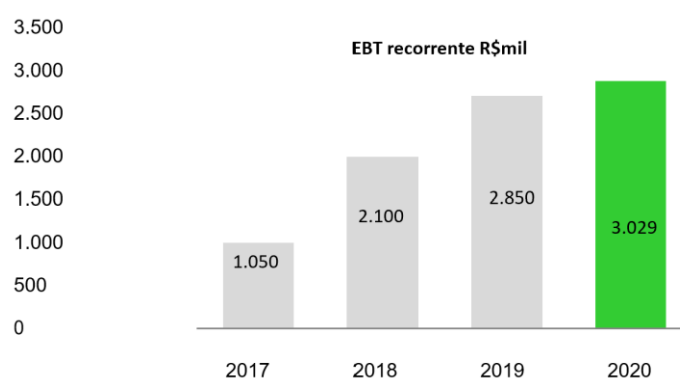
Em 2020, as despesas financeiras líquidas caíram R\$3,4m, equivalente a 17%, mesmo com o aumento da dívida bruta média em 8,5%.

Sem grandes volumes de novos empréstimos contraídos em 2020 contribuíram de forma importante para esta redução:

- Endividamento caindo 9% (vide quadro abaixo).
- Queda do cdi que acumulou 2,75% no exercício de 12 meses de 2020 frente a 5,96% do ano anterior. Praticamente todo o endividamento é pós-fixado.

Lucro antes de Impostos e Lucro Líquido

O lucro líquido antes dos tributos foi impactado pelo aumento da provisão da PECLD no montante de R\$3milhões (queda de receita, PECLD pontual) sendo maior que a diminuição das despesas financeiras. Se não fosse o evento pontual de PECLD de um cliente específico, 2020 teria apresentado o maior lucro antes de impostos da história, mesmo num cenário de pandemia, e teria se aproximado de R\$4milhões.



2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita total da Companhia é composta pela receita de locação e da receita de venda de veículos ao final do período do contratual. A receita de venda de veículos é uma atividade acessória e complementar à receita de locação.

A receita de aluguel tem como principais componentes a depreciação do veículo, a taxa de funding com que é financiado, bem como os custos operacionais e de documentação associados ao mesmo.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os fatores que afetam diretamente os resultados operacionais da Companhia referem-se aos aumentos na taxa básica de juros, no spread de captação, nas condições de compra e venda bem como nos custos de serviços automotivos (peças e serviços).

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Todos os contratos com clientes são reajustados anualmente a partir do 12º mês de vigência por algum índice usual de mercado, sendo o mais comum o IGPM. A aplicação deste índice tem coberto de forma satisfatória os aumentos de insumos e serviços que a Companhia esteja exposta.

A Companhia não possui qualquer exposição, ativa ou passiva, à variação cambial.

Novos produtos e serviços são desenvolvidos de forma a atender demandas específicas de alguns clientes trazendo-lhes valor agregado e gerando lucros à Companhia.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O impacto da inflação é coberto pelo reajuste anual definido em contrato, como explicitado em item anterior. O eventual descasamento pode ocorrer nos primeiros 12 meses após o início da locação, mas este risco é mitigado pelo fato de corresponder ao período onde o veículo apresenta cobertura pela garantia de fábrica e menores necessidades de manutenção.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 não houveram mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1 e 2.2 desta seção.

b. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, não contém quaisquer ressalvas ou ênfases.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, tendo em vista a ausência de introdução ou alienação de segmento operacional nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 esse item não é aplicável, tendo em vista a ausência de constituição, aquisição ou alienação de participação societária nesse período.

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável, tendo em vista a ausência de operações e/ou eventos não usuais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

Entendemos que as medições não contábeis apresentadas abaixo são as medições mais apropriadas para o melhor entendimento de nossa atividade e de nossa geração de caixa, sendo estas medidas não contábeis, inclusive, uma das formas utilizadas por nossa administração para avaliação de nossa performance.

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

Abaixo são apresentados os valores do EBITDA, da Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado da Companhia para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

(em milhares de Reais, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
EBITDA	57.153	50.566	36.156
Margem EBITDA	79,1%	74,8%	58,4%
Itens não recorrentes ¹	-	342	1.704
EBITDA Ajustado	57.153	50.908	37.860
Margem EBITDA Ajustado	79,1%	67,9%	61,2%

¹ Referente a gastos com IPO.

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 ("Resolução CVM 156"), que consiste em lucro líquido (prejuízo), acrescido dos impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos, do resultado financeiro, líquido e das depreciações e amortizações.

O EBITDA representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, consistindo no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

O EBITDA Ajustado refere ao EBITDA ajustados por itens que a Companhia entende serem relevantes para refletir de maneira adequada o potencial de geração bruto de caixa, tais como gastos com IPO.

A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida, enquanto a Margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita operacional líquida.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de nossa liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. O EBITDA e o EBITDA Ajustado não possuem significado padronizado e a nossa definição de EBITDA e EBITDA Ajustado pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras companhias.

Dívida Líquida (Caixa Líquido)

A Dívida Líquida (Caixa Líquido) refere-se a soma dos empréstimos, financiamentos e emissões de debêntures menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

A Dívida Líquida (Caixa Líquido) não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia. A Dívida Bruta e Dívida Líquida apresentam limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de liquidez, e não deve ser considerado isoladamente ou como substituto indicador de liquidez, desempenho. A Companhia utiliza Dívida Líquida para avaliar a posição financeira, assim como auxiliar decisões gerenciais relacionadas à gestão de fluxo de caixa, de investimentos e de estrutura de capital.

2.5 Medições não contábeis

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação de nosso EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado ao nosso lucro líquido:

(em milhares de Reais, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Lucro líquido do exercício	10.371	7.453	1.070
(+) Resultado financeiro líquido	29.958	18.508	16.546
(+) Depreciação	10.941	20.615	18.282
(+) Imposto de renda e contribuição social	5.883	3.991	259
EBITDA	57.153	50.566	36.156
Itens não recorrentes ¹	-	342	1.704
EBITDA Ajustado	57.153	50.908	37.860
Receita operacional líquida de locação	72.279	67.560	61.876
Margem EBITDA²	79,1%	74,8%	58,4%
Margem EBITDA Ajustado³	79,1%	75,4%	61,2%

¹ Referente a gastos com IPO.

² Margem EBITDA refere-se ao EBITDA dividido pela receita operacional líquida.

³ Margem EBITDA Ajustado refere-se ao EBITDA Ajustado dividido pela receita operacional líquida.

A tabela abaixo apresenta a reconciliação da Dívida Líquida (Caixa Líquido) da Companhia em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

(em milhares de Reais)	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Dívida Bruta¹	172.671	189.757	172.183
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(20.473)	(22.590)	(23.747)
(-) Aplicações Financeiras	(1.216)	(14.634)	(24.778)
Dívida Líquida	150.982	152.533	123.658

¹ A Companhia propôs dividendos mínimos obrigatórios em 31/12/2022 no valor de R\$2.463 e registrou no passivo circulante em seu balanço patrimonial. Desta forma, o referido montante foi adicionado ao cálculo na dívida bruta.

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que o EBITDA é mais apropriado para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações porque mostra o verdadeiro lucro contábil a partir das atividades genuinamente ligadas ao seu objeto social, sendo usados internamente como medidas para avaliar produtividade e eficiência e demonstrando-se útil para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia. Além disso, a Companhia acredita que o EBITDA oferece aos investidores uma melhor compreensão da sua capacidade de cumprir com suas obrigações e sua capacidade de obter novos financiamentos para seus investimentos e capital de giro.

A Dívida Bruta equivale ao total da soma dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante). A Dívida Líquida é a resultante do somatório dos empréstimos e financiamentos circulante e não circulante subtraídos dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras presentes no ativo circulante e não circulante da Companhia.

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de endividamento em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). A Companhia utiliza a Dívida Líquida como medida de performance para efeito gerencial e para cálculo e acompanhamento dos *covenants*.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não ocorreram eventos subsequentes após a Demonstração Financeira Padronizada – DFP da Companhia relativas ao exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

Em 31 de dezembro de 2022	
a. Regras de retenção de lucros	Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia prevê que: i. 5% do lucro líquido do exercício será destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja o limite de 20% do capital social. O saldo remanescente do lucro líquido poderá ser retido com base em um orçamento de capital, conforme aprovação determinada em Assembleia Geral de Acionistas.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia prevê que: ii. 25% do lucro líquido para a distribuição de um dividendo anual mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses previstas em lei e no Estatuto.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	O Conselho de Administração poderá, quando julgar conveniente, mandar levantar balanços semestrais e em períodos menores e com base nos referidos balanços, declarar dividendos à conta de lucros apurados, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual, semestral ou intercalar, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	A Companhia possui emissões de Debêntures em curso cujas obrigações determinam a não distribuição de dividendos, inclusive o mínimo obrigatório, caso tal distribuição acarrete descumprimento dos limites estabelecidos pelos covenants financeiros.
e. Se a Companhia possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Na data deste Formulário de Referência a Companhia não possui uma política formal de destinação de resultados, porém, obedece às determinações da Lei das Sociedades por Ações e a regulamentação a ele aplicável, complementadas pelas normas de seu Estatuto Social e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia referentes aos exercícios social encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia referentes aos exercícios social encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2021 e 2020.

iii. contratos de construção não terminados

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia referentes aos exercícios social encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia referentes aos exercícios social encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia referentes aos exercícios social encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que conforme mencionado no item 2.8 anteriormente, não há itens relevantes que não tenham sido evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia referentes aos exercícios social encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

b. natureza e propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que conforme mencionado no item 2.8 anteriormente, não há itens relevantes que não tenham sido evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia referentes aos exercícios social encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que conforme mencionado no item 2.8 anteriormente, não há itens relevantes que não tenham sido evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia referentes aos exercícios social encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócio do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos em aquisição de frota são feitos segundo planejamento dos diretores, levando-se em consideração as oportunidades de mercado em que a Companhia atua, o ciclo operacional dos veículos na frota existente, o ambiente de negócios na atividade de venda de seminovos, entre outros. A compra de veículos é feita somente após o fechamento comercial de contratos de locação. Desta forma, o volume de investimento a ser realizado nos próximos anos é função direta e exclusiva do fechamento de novos contratos comerciais.

A Companhia investiu em 2022 R\$33,4 milhões em aquisição de novos veículos entre leves e pesados, perfazendo total de 276 veículos, sendo 260 veículos leves no total de R\$22,4 milhões ao preço médio de R\$86 mil e 16 veículos pesados no total de R\$11,0 milhões ao preço médio de R\$687 mil. Em 2021, o valor médio dos veículos comprados foi de R\$86,8 mil. O aumento no preço médio se deve a maior participação da compra de veículos pesados.

(em milhares de Reais)	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Aquisição			
Investimento	33.480	82.960	50.431
#veículos	276	956	959
preço medio	121	87	53

A frota total atingiu R\$198,7 milhões no final do período de 2022, apresentando pequena redução de 0,6% em relação ao ano anterior.

(em milhares de Reais, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Frota Contábil	198.779	200.057	149.893
Crescimento/Redução	-0,6%	33,5%	-9,9%

ii. fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamento são operações tradicionais de crédito, como CDC e Capital de Giro, com bancos de primeira linha e com duração igual ou superior à dos contratos de locação com clientes, além de operações estruturadas tais como debêntures e CCB's e potenciais negociações de ações da Companhia no mercado de capitais. O mix entre operações bancárias, estruturadas será definido de acordo com as oportunidades de mercado à época de cada investimento, onde a Companhia tem tido a preferência de captação de recursos, que suportem seu crescimento e o andamento normal de suas operações, com terceiros.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Os desinvestimentos relevantes são na totalidade, venda de veículos realizados entre 30 e 60 dias em média, após o término dos contratos de locação. Desta forma, como os contratos de locação atualmente ativos têm até 36 meses de duração, toda a frota atual será desinvestida em até 38 meses (36 meses de contrato mais 2 meses de prazo máximo de venda).

(em milhares de Reais)	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Venda			
Desinvestimento	38.157	24.197	56.932
#veículos	572	524	1.786
preço medio	67	46	32

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar a capacidade da Companhia.

2.10 Planos de negócios

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

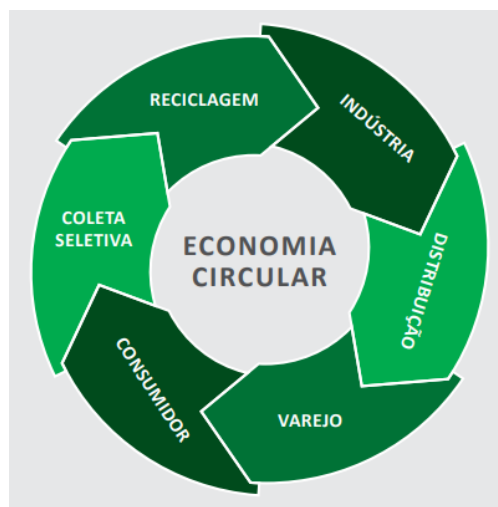
iii. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há previsão imediata de implementação de novos produtos e serviços em relação ao portfólio já existente.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A atividade direta da Companhia não utiliza químicos ou infectantes, porém há um desafio de conscientizar a cadeia de fornecedores para que também proceda o descarte adequado de seus resíduos, que incluem pneus, óleo e peças automotivas. Nesse sentido, está desenvolvendo com a empresa parceira na gestão das pequenas oficinas locais (cerca de 18 mil pontos de serviço) um plano de ação para coletar dados e, posteriormente, implementar um plano de ação para mitigar os impactos. Alguns fornecedores de maior porte já possuem programas de reciclagem, de destinação correta de resíduos e compartilham os certificados ou comprovações. Futuramente, pretende-se credenciar apenas fornecedores que realizem o descarte correto de peças e óleo e que tenham projetos ambientais relacionados ao reuso de água, cuidado de áreas verdes, neutralização de carbono, entre outros.

Está em fase de contratação uma plataforma que promove a economia circular, por meio do credenciamento de Centros de Desmontagem Veicular homologados, que gerenciam a destinação correta das peças dos carros em fim de vida útil, reduzindo a emissão de CO2 e o descarte incorreto, que degradam o meio ambiente.



2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores com influência relevante no desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 - Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui a Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos ("Política"), porém encontra-se em fase de aprovação interna pelo Conselho de Administração na data deste Formulário de Referência.

Com relação aos riscos de mercado, a Companhia não possui uma política formalizada exclusiva. Apesar disso, o gerenciamento de riscos de mercado e todos os demais riscos aos quais a Companhia está exposta, estão devidamente contemplados na sua Política.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

Os Riscos relacionados aos objetivos estratégicos da Companhia são identificados e priorizados para garantir que os principais temas serão acompanhados em bases periódicas, nos fóruns de governança apropriados e que as medidas de resposta serão tempestivamente endereçadas para que as exposições sejam gerenciadas dentro dos níveis aceitáveis.

i. os riscos para os quais se busca proteção

Os principais riscos aos quais a Companhia está exposta são:

Risco de Mercado

O risco de mercado aqui mencionado está atrelado às alterações nos preços de mercado, cujo componente de maior relevância são o risco da taxa de juros e de valor residual dos veículos, que podem afetar diretamente a precificação do aluguel da frota. Em decorrência da exposição a esse risco, a Companhia poderá sofrer perdas na rentabilidade dos contratos de aluguel celebrados com seus clientes.

Risco Operacional

Risco operacional é o risco de natureza estrutural, tecnológica, pessoal e de infraestrutura que surge de todas as atividades intrínsecas às unidades de negócio da companhia e que podem vir a ocasionar perdas financeiras ou prejuízos à imagem e na qualidade da prestação de serviços oferecidos. Dentre os principais riscos operacionais estão:

Risco de Crédito

Risco de crédito corresponde aquele em que a Companhia poderá vir a sofrer perdas econômicas decorrentes da alteração da capacidade de pagamento de seus clientes originando atrasos ou não cumprimento do fluxo de pagamentos contratado, podendo no limite chegar à não devolução dos carros locados.

Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco associado à indisponibilidade de caixa da Companhia, seja por alterações adversas no fluxo de recebíveis de clientes, na dificuldade de venda carros semi-novos no mercado ou alterações adversas no mercado de financiamento bancário ou mercado de capitais.

Risco Regulatório

Risco regulatório corresponde aquele relacionado a mudanças no contexto regulatório da Companhia, incluindo, mudanças no regime tributário, legislação trabalhista, ambiental entre outras.

Risco Estratégico

Risco estratégico corresponde aquele associado à estratégia da Companhia na busca de criação, proteção e crescimento de valor. Pode ser causado por eventos de mudanças no ambiente externo, político, econômico e social, mercado, competidores, fusões e aquisições e inovações tecnológicas.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Riscos de conformidade (*compliance*) e legal

Riscos de conformidade decorrem da inobservância das leis e normas aplicáveis aos negócios da Companhia, o que pode acarretar perda financeira por meio do pagamento de multas, indenizações, bem como acarretar danos à imagem e à credibilidade da Companhia no mercado.

Riscos de imagem

Riscos de imagem são decorrentes das práticas internas, de outros riscos e fatores externos que possam gerar uma percepção negativa da companhia por parte dos clientes, acionistas, investidores, parceiros comerciais, entre outros, em suma, que possam gerar danos à reputação, credibilidade e marca da Companhia.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

A metodologia adotada pela Companhia utiliza como referência a estrutura integrada de gerenciamento de Riscos sugerida pelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e buscando a integração com as normas ISO 9001 e ISO 31000, além de buscar adequar a governança e gestão tecnologia da informação alinhadas ao COBIT (*Control Objectives for Information and Related Technologies*).

Seguindo o conceito das três linhas de defesa, os papéis e responsabilidades mais abrangentes de cada linha de defesa em relação ao gerenciamento de Riscos estão detalhados a seguir:

Análise dos Riscos: consiste em verificar a origem dos eventos, causas, consequências e a probabilidade de concretização de referidas consequências.

Avaliação dos Riscos: consiste em avaliar os impactos em caso de eventual ocorrência do Risco, considerando suas consequências financeiras ou de outras naturezas, quantificáveis ou não quantificáveis.

Tratamento dos Riscos: consiste em definir qual será o tratamento a ser adotado considerando as seguintes ações, de acordo com o grau de *Apetite* a Riscos da Companhia: evitar, mitigar, compartilhar ou aceitar.

Apetite a Riscos: grau de exposição a riscos que a Companhia está disposta a tolerar na implementação de suas estratégias de negócio e realização de suas atividades, a fim de atingir seus objetivos.

Monitoramento dos Riscos: consiste em assegurar a eficácia e adequação dos Controles internos e obter informações que proporcionem melhorias no processo de gerenciamento de Riscos. O monitoramento deve ser realizado por meio de avaliações contínuas e isentas.

Informação e comunicação: comunicar, de forma clara e objetiva a todas as partes interessadas, os resultados de todas as etapas do processo de gerenciamento de Riscos, de forma a contribuir para o entendimento da situação atual e da eficácia dos Planos de Ação.

ii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos envolve o Conselho de Administração, a Diretoria, o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, os responsáveis pela auditoria interna da Companhia e os proprietários de riscos (integrantes das áreas de negócios), cujas atribuições estão descritas abaixo:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração como órgão central do sistema de governança e responsável pela perenidade da Companhia e a criação de valor ao longo prazo, portanto, cabe ao Conselho de Administração avaliar periodicamente a exposição dos riscos aos quais a Companhia está exposta, a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, controles internos e do sistema de integridade/conformidade (*compliance*).

Diretoria

Cabe a Diretoria: (i) identificar e formular o mapa de riscos da Companhia para avaliação do Comitê de Auditoria e Gestão de Risco e aprovação do Conselho de Administração, (ii) reportar trimestralmente ao

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Comitê de Auditoria e Gestão de Risco o nível de exposição dos principais riscos identificados, (iii) avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (*compliance*) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação, (iv) implementar as estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração; (v) atuar diretamente no gerenciamento de Riscos de sua área, privilegiando a identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos, (vi) assegurar a implementação dos Planos de Ação definidos para tratamento dos Riscos; (vii) cumprir o Plano de Ação alinhado com as áreas de Auditoria Interna e de Controles Internos e *Compliance* e implantá-lo segundo a prioridade nele definida.

Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos

O Comitê, órgão não estatutário de caráter permanente, se reportará diretamente ao Conselho de Administração da Companhia e terá como responsabilidades, no âmbito desta Política: (i) supervisionar as atividades da área de Auditoria Interna, por meio da discussão e parecer acerca do plano de atividades da auditoria interna e acompanhamento da sua execução; acompanhar as atividades da área de controles internos da Companhia e *compliance*, monitorando a efetividade e a suficiência da estrutura, propondo ao Conselho as ações que entender necessárias para aperfeiçoá-la; (ii) avaliar a observância, pela diretoria da Companhia, quanto a resposta e estabelecimento de planos de ação e prazos para implementação de solução das recomendações apresentadas pela auditoria interna ou independente, assim como as emitidas pelo próprio Comitê. (iii) recomendar ao Conselho de Administração da Companhia a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de gerenciamento de riscos, transações entre partes relacionadas, podendo reunir-se com o Conselho de Administração para discutir tais políticas, bem como as práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; e (iv) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação, conforme estabelecido no Código de Conduta Ética da Companhia.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Com base nas informações descritas nesta seção 5.1, entendemos que nossa estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade de nossa Política de Gerenciamento de Riscos é adequada.

A nossa estrutura organizacional de processos de Gerenciamento de Riscos e de controles internos é baseada em parâmetro as diretrizes estabelecidas pelo COSO, especialmente no que diz respeito ao fluxo de identificação, avaliação, implementação e monitoramento dos riscos aos quais estamos expostos.

A adequação da estrutura operacional e de controles internos é objeto de monitoramento e reavaliação com o objetivo de se verificar: (i) se a Política de Gerenciamento de Riscos, assim como nossos demais códigos e políticas, estão sendo efetivamente adotados; e (ii) eventuais necessidades de revisões ou melhorias.

Nosso Comitê de Auditoria, cuja criação foi aprovada por deliberação do nosso Conselho de Administração em 30 de junho de 2020, deve: (i) garantir o cumprimento das normas legais, estatutárias e regulatória; e (iv) fiscalizar a atividade dos auditores independentes. Na execução de suas atribuições e responsabilidades, o Comitê de Auditoria deverá manter relacionamento efetivo com nossa Administração, com os auditores e internos e, caso instalado, com o Conselho Fiscal.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 - Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Os Diretores da Companhia acreditam que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Companhia está atenta às novas tecnologias e investe em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

Os controles internos mantidos pela Companhia foram avaliados pelos auditores externos em conexão com o exame das demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, tendo sido emitidos relatórios circunstanciados nos termos do artigo 25, II, da Instrução CVM nº 308/1999.

Os Diretores da Companhia entendem que as deficiências e recomendações identificadas pelos auditores externos da Companhia em tais relatórios circunstanciados não foram consideradas significativas a ponto de gerar impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia busca continuamente monitorar, aperfeiçoar e analisar seus controles internos e as decisões gerenciais decorrentes dos mesmos. Os controles são parte do gerenciamento da rotina do dia-a-dia de todas as áreas operacionais e são acompanhados pelo corpo diretivo com periodicidade mínima semanal.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

No processo de controles internos estão envolvidos, (i) o Conselho de Administração; (ii) a Diretoria; e (iii) o Comitê de Auditoria.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Nos termos dos Controles Internos da Companhia, caberá à Diretoria, além das demais atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia, entre outras questões: avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia dos controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (*compliance*) e prestar contas ao Conselho de Administração sobre essa avaliação; implementar as estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

A Companhia informa que os controles internos foram avaliados pelos auditores externos em conexão com o exame das demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2022 e 2020, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, tendo sido emitidos relatórios circunstanciados nos termos do artigo 25, II, da Instrução CVM nº 308/1999.

Os Diretores da Companhia entendem que as deficiências e recomendações identificadas pelos auditores externos da Companhia em tais relatórios circunstanciados não foram consideradas significativas a ponto de gerar impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Companhia informa que os controles internos foram avaliados pelos auditores externos em conexão com o exame das demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, tendo sido emitidos relatórios circunstanciados nos termos do artigo 25, II, da Instrução CVM nº 308/1999.

Os Diretores da Companhia entendem que as deficiências e recomendações identificadas pelos auditores externos da Companhia em tais relatórios circunstanciados não foram consideradas significativas a ponto de gerar impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

5.3 Programa de integridade

5.3 - Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Para o gerenciamento do risco os processos, procedimentos e controles internos devem permitir que a Administração e os demais gestores envolvidos gerenciem os riscos financeiros - liquidez, mercado e crédito, estratégicos, operacionais, de conformidade, de divulgação, de imagem e legal de acordo com as políticas e os limites estabelecidos pela Companhia, inclusive os aprovados pelo Conselho de Administração, buscando um ambiente de continuidade e sustentabilidade dos negócios da Companhia.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Neste processo estão envolvidos, (i) o Conselho de Administração; (ii) a Diretoria; (iii) o Comitê de Auditoria, e que possui estrutura e orçamento próprios.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

A Companhia adota um Código de Conduta que tem como objetivo tornar claro e de conhecimento geral, o padrão de comportamento aceitável pela Companhia, no exercício das atividades sociais e profissionais, por todos os Administradores e colaboradores (empregados, estagiários e terceiros) que permeiam os relacionamentos entre acionistas, colaboradores, fornecedores, parceiros e governo, para o alcance dos objetivos da Empresa.

Nosso Código reflete as boas práticas nacionais e internacionais e foi revisado constantemente, sendo a última versão atualizada em março/2023.

• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

Aqueles que praticarem atos que violem o Código de Conduta Ética ou a sua essência ficarão sujeitos às consequências previstas na política de consequências da Cia, além das medidas legais e administrativas aplicáveis, conforme disposto na legislação.

As sanções aplicáveis serão mensuradas caso a caso e avaliadas pela Comissão de Ética e Integridade, levando em consideração, entre outros, os seguintes aspectos: (i) a natureza e a gravidade da violação; (ii) o cargo e histórico do transgressor, bem como suas responsabilidades; (iii) circunstâncias atenuantes ou agravantes em relação à infração cometida; (iv) os meios utilizados e os fins almejados; (v) os riscos envolvidos. Para mais informações sobre as medidas disciplinares e o seu devido procedimento, deverá ser consultada a Política de Consequências da Companhia.

A política de consequências encontra-se divulgada no site da Companhia: <https://maestrofrotas.com.br/codigo-de-conduta-e-canal-de-denuncias/>

• órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A última versão do Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 29 de março de 2023, e encontra-se divulgado no site da Companhia: <https://maestrofrotas.com.br/codigo-de-conduta-e-canal-de-denuncias/>

5.3 Programa de integridade

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

A Companhia possui um canal de denúncias, destinado a todos os colaboradores e terceiros que desejem registrar denúncias relacionadas a violações ou suspeitas de violações ao Código de Conduta, bem como às demais políticas e procedimentos adotados pela Companhia, ou a qualquer lei ou regulamento a ela aplicável. O Canal de Denúncia é gerido por empresa terceirizada independente, e consiste em ferramenta segura, sigilosa e imparcial, disponível para os públicos externo e interno da Companhia.

As denúncias podem ser feitas a qualquer momento pelos canais:

- Site: <https://maestrofrotas.legaletica.com.br>
- Telefone: 0800-400-3333
- E-mail: maestrofrotas@legaletica.com.br

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O Canal de Denúncia da Companhia está aberto a todos os colaboradores e terceiros que desejem registrar denúncias relacionadas a violações ou suspeitas de violações ao Código de Ética, bem como às demais políticas e procedimentos adotados pela Companhia, ou a qualquer lei ou regulamento a ela aplicável.

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

Conforme o disposto no Código de Conduta, a Companhia assegura a confidencialidade das informações recebidas pelo Canal de Denúncia e garante o anonimato a todos que o utilizarem. Além disso, a Companhia não tolera qualquer forma de retaliação contra o denunciante. Por essa razão, eventual retaliação é considerada uma violação ao Código de Conduta, sujeitando os infratores às sanções e medidas disciplinares ali previstas.

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

As denúncias que indiquem potencial infração do Código de Conduta e/ou documentos correlatos deverão ser apuradas pela Comissão de Ética, observados os princípios do contraditório e ampla defesa. Suas atribuições incluem: (i) apurar o conteúdo e qualidade das informações existentes; (ii) realizar as diligências necessárias à integral e correta apuração dos fatos; (iii) classificar os fatos investigados entre as categorias de infrações estabelecidas pelo Código de Conduta e documentos correlatos; (iv) levantar o histórico funcional do envolvido junto a área de Recursos Humanos; e (v) levantar o histórico de denúncias junto ao Comitê de Ética, contra o envolvido, encaminhando suas conclusões à Diretoria para a adoção das providências cabíveis. Se a denúncia envolver, direta ou indiretamente, algum dos diretores da Companhia, a indicação do Comitê de Ética será enviada diretamente ao Conselho de Administração.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas:

Não aplicável, tendo em vista que não houve nenhum caso de desvio, fraude, irregularidade ou ato ilícito praticado contra a administração pública nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, considerando que, como descrito acima, a Companhia possui regras, procedimentos e práticas que favorecem a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a Administração Pública.

5.4 Alterações significativas

5.4 - Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Não houve alteração significativa nos principais riscos a que a Companhia está exposta no último exercício social.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.